

Dá novo regulamento ao Corpo Diplomático Brasileiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 5º, n. II, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro do corrente anno, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o Regulamento para o Corpo Diplomático Brasileiro, que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, quo o fará executar.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1920, 99º da Independencia e 32º da Republica.

EPITACIO PESSOA.

J. M. de Azevedo Mar.

Regulamento do Corpo Diplomático Brasileiro a que se refere o decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920

## CAPITULO I

### Organização do Corpo Diplomático

Art. 1º. — O Corpo Diplomático Brasileiro compõe-se de:

- a) — Embaixadores;
- b) — Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios;
- c) — Ministros Residentes;
- d) — 21 Primeiros Secretarios;
- e) — 36 Segundos Secretarios.

Paragrapho unico. — Quando o julgar conveniente poderá o Governo commissonar os Ministros Residentes no posto de

Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios, conservando-os, porém, no quadro com a primeira graduação.

Art. 2º. — O Brasil é diplomaticamente representado, em missões permanentes, por meio de:

§ 1º. — *Embaixadores*, perante os Estados seguintes:

#### AMERICA

a) — Estados Unidos da America do Norte;

#### EUROPA

b) — França;

c) — Grã-Bretanha;

d) — Italia;

e) — Portugal; e

f) — junto à Santa Sé.

§ 2º. — Nas cinco primeiras Embaixadas haverá, permanentemente, um Primeiro e dois Segundos Secretarios; na ultima, um Primeiro e um Segundo Secretarios.

§ 3º. — *Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios*, perante os Estados seguintes:

#### AMERICA

a) — Argentina;

b) — Bolivia;

c) — Chile;

d) — Cuba e America Central;

e) — Mexico;

f) — Paraguay;

g) — Perú;

h) — Uruguay;

#### EUROPA

i) — Allemanha;

j) — Austria;

- k) — Bélgica;
- l) — Hespanha;
- m) — Itália;
- n) — Suíça;

ASIA

- o) — China;
- p) — Japão.

§ 4º. — Nas Legações nos países acima designados haverá permanentemente, um Primeiro e um Segundo Secretários; com excepção das Legações na China, Cuba e México, que só terão um Segundo Secretário.

§ 5º. — *Ministros Residentes* nos Estados seguintes:

AMERICA

- a) — Colombia;
- b) — Equador;
- c) — Venezuela;

EUROPA

- d) — Grécia;
- e) — Noruega;
- f) — Suécia e Dinamarca.

§ 6º. — Nestas haverá, permanentemente, um Segundo Secretário.

§ 7º. — Os restantes, dois Primeiros e tres Segundos Secretários, servirão nas Embaixadas e Legações, ou em qualquer comissão, no Brasil ou no estrangeiro, que o Governo designar.

Art. 3º. — Nos países onde o Brasil não tiver missão permanente, poderá ser acreditado, cumulativamente, a juízo do Governo, um dos Ministros acreditados em países limitrophes.

Parágrafo unico. — Nesse caso, a sede continuará a ser a primeira e o Secretario mais graduado servirá de Encarregado de Negocios durante as ausências do Ministro em serviço no outro país.

## CAPITULO III

### Nomeação e promoção

Art. 4º. — Os segundos secretarios serão nomeados mediante concurso, ou ex-*ce* do art. 3º do Regulamento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e do art. 24 do Regulamento do Corpo Consular Brasileiro, sendo os demais postos providos por acesso gradual.

§ 1º. — Entretanto, excepcionalmente, poderá o Governo preferir, para os cargos de Embaixador e de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, brasileiros não pertencentes ao Corpo Diplomático, maiores de 35 annos, de notoria aptidão, e que tenham prestado serviços consideraveis ao Brasil.

§ 2º. — A investidura em qualquer dos cargos será sempre feita por decreto do Presidente da Republica.

§ 3º. — Aos Primeiros Secretários, que se distinguirem por serviços diplomaticos, poderá ser conferido o titulo honorario de Conselheiro de Embaixada ou Legação, tendo-se, porém, em vista que o numero total dos Conselheiros não exceda a terça parte do numero dos Primeiros Secretários.

§ 4º. — São incompatíveis, para funcionar simultaneamente na mesma chancellaria, os ascendentes, descendentes, irmãos e cunhados durante o cunhadio.

Art. 5º. — As promoções obedecerão ás regras seguintes:

- 1º) — Os Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios, por merecimento, ao cargo de Embaixador;
- 2º) — Os Ministros Residentes, por merecimento, ao de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario;
- 3º) — Os Primeiros Secretários, por merecimento, ao de Ministro Residente;

4º) — Os Segundos Secretários a Primeiros Secretários, dois terços por merecimento, e um terço por antiguidade.

§ 1º. — São motivos de preferéncia para a promoção por merecimento:

- 1º) — O melhor serviço effectivo attestado pelos respectivos Chefes;
- 2º. — A melhor aptidão para o cargo a preencher;
- 3º. — O serviço na America e na Asia;
- 4º. — Entre casados, o ser casado com mulher brasileira;
- 5º. — As melhores habilitações scientificas e litterarias;
- 6º. — A antiguidade.

§ 2º. — A antiguidade é fixada pelo tempo liquido de effectivo serviço na classe a que pertence o funcionario, ou em classes equivalentes. Entre funcionarios com a mesma antiguidade de classe será promovido o mais antigo nos serviços do Ministerio. Em caso de empate terá preferéncia o mais velho em idade.

§ 3º. — Para a promoção ao cargo de Ministro Residente é condição essencial ter servido como Secretario durante dois annos, pelo menos, na America ou na Asia, em postos que não os dos Estados Unidos da America do Norte, Argentina, Chile e Uruguay.

## CAPITULO III

### Concurso

Art. 6º. — Para o concurso de Segundo Secretario abrir-se-ha a inscripção durante 90 dias, annunciada por edital no *Diário Official* e n'um dos jornaes diarios de maior circulação da Capital Federal.

§ 1º. — Os candidatos instruirão os seus requerimentos de inscripção obrigatoriamente com as provas, em forma legal, dos requisitos seguintes:

- a) — nacionalidade brasileira;
- b) — idade de 20 a 30 annos;
- c) — boa condueira civil e moral;
- d) — cartas ou certidões de curso completo de instrucção superior, em qualquer escola nacional ou estrangeira, de reconhecido credito;

e) — capacidade physica, consistente em não soffrer de molestia incuravel ou contagiosa, e deformação ou mutilação, que impossibilitem ou dificultem em gráo elevado a actividade e a representação da carreira diplomatica; e

f) — facultativamente, com outros titulos ou condições que os recommendem.

§ 2º. — Encerrada a inscripção, e verificada a regularidade e sufficiência das provas offerecidas, será designado e annuciado o dia para inicio dos exames n'uma das salas da Secretaria, perante a comissão examinadora presidida pelo Ministro, ou pelo Sub-Secretario, ou pelo Director Geral designado.

§ 3º. — Os examinadores serão nomeados pelo Ministro em numero conveniente, nunca inferior a tres, devendo o exame versar sobre as materias seguintes:

- a) — Linguas portugueza, franceza e ingleza falladas e escriptas correctamente; e, á escolha do candidato, a italiana ou a allemã;
- b) — Geographia geral e do Brasil, inclusive a parte commercial;
- c) — Historia Geral e do Brasil;
- d) — Arithmetica;
- e) — Direito Internacional Publico e Privado e Direito Constitucional Brasileiro, especialmente o conhecimento completo da Constituição Federal;
- f) — Noções succintas de Economia Politica, de Direito Commercial, e do Maritimo especialmente nas suas relações com as carreiras diplomatica e consular;
- g) — Legislação brasileira sobre a diplomacia e historia dos nossos tratados.

Art. 7º. — O processo, julgamento e effeitos do concurso serão estabelecidos em Instrucções que o Ministro expedirá. Em igualdade de condições será preferido o candidato que tiver serviços como addido de Embaixada ou de Legação, Auxiliar de Consulado ou Addido á Secretaria. Entre casados, terá preferéncia o que o for com mulher brasileira.

## CAPITULO IV

### Compromisso, posse e transito

Art. 8º. — Os membros do Corpo Diplomático prestarão o compromisso de bem servir, assignando um termo em livro especial na Secretaria de Estado ou nas Embaixadas e Legações.

Paragrapheo unico. — Em seguida tomarão posse do cargo, na respectiva Chancellaria, ou na Secretaria de Estado se estiverem em comissão no Brasil ou em fériás ordinarias ou extraordinarias.

Art. 9º. — Os nomeados ou removidos deverão partir para seus postos no prazo de sessenta dias a contar da publicação do

Decreto no *Diário Official*; os que estiverem no Brasil; e do recebimento da comunicação official, os que estiverem nos paizes estrangeiros.

Poderá o Governo, excepcionalmente, diminuir esse prazo, si o exigir o serviço.

§ 1º. — A viagem desde a partida até á chegada, será feita sem interrupção irregular; dentro dos prazos constantes da tabella annexa. Para os postos não comprehendidos na tabella, o prazo será marcado pelo Governo, tendo em vista o tempo necessario para a viagem.

§ 2º. — As datas da partida e da chegada serão, immediatamente, communicadas ao Ministro das Relações Exteriores pelo proprio funcionario e confirmadas pelo Chefe de missão: dando este, outrossim, comunicação pelo telegrapho das datas da sua posse, interrupções e retornadas do exercicio.

Art. 10º. — Chegando ao paiz respectivo, deverá o Chefe de missão pedir ao Ministro dos Negocios Estrangeiros informações sobre a apresentação de credenciaes e seu ceremonial, bem como sobre as facilidades e regalias a que tenha direito.

§ 1º. — Nos actos da apresentação de credenciaes e do ceremonial o Chefe de missão será acompanhado pelos Secretarios, quando possível.

§ 2º. — Retirando-se do paiz onde servir, o Chefe de missão observará o ceremonial respectivo; e no caso de ruptura das relações diplomaticas com o Brasil, procederá de accôrdo com as instruções que receber do Ministro das Relações Exteriores.

## CAPITULO V

### Atribuições e deveres

Art. 11º. — Os Chefes de missão tem os principaes deveres e attribuições seguintes:

1) — entreter e estreitar as relações de amizade e cortezia entre o Brasil e os paizes junto aos quaes são acreditados;

2) — defender e fazer valer os direitos e justos interesses do Brasil, bem como as garantias e direitos dos seus compatriotas;

3) — vigiar e solicitar a execução e fiel cumprimento dos tratados, convenções e ajustes feitos com o Brasil;

4) — informar o Governo sobre o estado politico e economico e o progresso intellectual e artistico dos paizes onde estiverem acreditados, bem como sobre as relações politicas, os tratados e os ajustes entre esses paizes e as outras potencias.

5) — communicar e remetter ao Governo os factos, actos e leis que possam interessar, directa ou indirectamente, ao Brasil, inclusive a sua expansão commercial e industrial;

6) — transmittir, telegraphica e urgentemente, noticias sobre a anormalidade do estado sanitario;

7) — refutar, convenientemente, os ataques ou noticias contra o Brasil, communicando-o ao Governo brasileiro;

8) — promover e animar os meios convenientes de intensificação do intercambio commercial e de missões ou delegações industriaes, intellectuaes e commerciaes em prol do Brasil;

9) — solicitar o cumprimento das cartas rogatorias logo que sejam recebidas da Secretaria das Relações Exteriores, sem fazer com isso despesas não autorizadas;

10) — prestar aos Consules brasileiros, que lhes forem subordinados, a possível cooperação em prol do desempenho de suas attribuições; dando-lhes instruções, quando necessarias ou solicitadas, e acompanhando a gestão e o procedimento dos funcionarios consulares para o fim de informar ao Governo o que entenderem conveniente aos serviços consulares;

11) — promover a obtenção de *exequatur* para as Cartas patentes dos Consules e o mais que for necessario para o prompto exercicio das suas funções;

12) — indicar a conveniencia de celebrar tratados ou accôrds diplomaticos com os paizes onde estiverem acreditados, remetendo ao Governo, para esse fim, iniciativas, informações e projectos documentados;

13) — respeitar todas as leis locais compatíveis com as suas immuniidades;

14) — não permittir que se tirem copias da correspondencia official da missão, salvo ordem ou autorização superior em contrario;

15) — divulgar as condições economicas, intellectuaes e artisticas do Brasil nos paizes onde estiverem acreditados;

16) — dar passaportes ás pessoas commissionadas pelo Go-

verno Federal, ou, em casos especiais, aos brasileiros que o sollicitarem e merecerem;

17) — remetter confidencialmente informações francas acerca do procedimento e capacidade dos funcionarios que lhes são subordinados, de modo a habilitar o Governo a ajuizar do seu merecimento;

18) — dirigir e distribuir o pessoal e os serviços da Chancellaria, designando o tempo de trabalho, que ordinariamente, não será inferior a cinco horas em cada dia util, prorogavel si o serviço o exigir, organizando o livro de assignatura do ponto comprobatorio da frequencia;

19) — guardar pessoalmente em lugar seguro o Codigo telegraphico ou as cifras usadas na chancellaria;

20) — exigir dos funcionarios da chancellaria disciplina, ordem, urbanidade e exacto cumprimento dos seus deveres, responsabilizando e punindo, dentro da sua competencia, os que o merecerem, ou communicando as infracções ao Ministro das Relações Exteriores;

21) — enviar ao Ministerio, em cada trimestre, um mappa de frequencia do pessoal com designação das datas de chegada, partida, ausencias e seus motivos, e do mais que sirva á fe de officio dos funcionarios;

22) — dar prompto conhecimento ao Ministro das Relações Exteriores de qualquer eventualidade que os inhiba de continuar a manter relações amistosas com os Governos junto dos quaes estão acreditados;

23) — fazer hastear a bandeira e pregar o escudo da Republica ao edificio da Missão;

24) — impedir que as Embaixadas e Legações sirvam de asylo nos delinquentes, ainda que brasileiros, de crimes communs;

25) — abster-se de intervir na politica e nos negocios internos dos paizes onde estiverem acreditados.

26) — não aceitar nem exercer cargo, industria, commercio ou profissão que os embarcem no cumprimento dos seus deveres, ou sejam com elles incompatíveis, inclusive as funções de agentes ou delegados de sociedades ou corporações brasileiras ou estrangeiras de interesse privado;

27) — enviar no primeiro trimestre de cada anno um relatório succinto dos trabalhos e occurrencias principaes da chancellaria no anno anterior, no qual consignarão o que houver de util e interessante sem caracter reservado, afim de ser publicado como o onde o ministro determinar;

28) — reclamar, quando necessario, preferindo a forma verbal, as immuniidades, franquias e honras, consagradas pelo Direito Internacional ou pelo consuetudinario, bem como os privilegios concedidos aos de igual categoria dos demais paizes.

Art. 12º. — Aos Primeiros Secretarios cabem os principaes deveres e attribuições seguintes:

1) — cumprir com zelo e solicitude as ordens e instruções de serviço emanadas do Chefe da missão;

2) — lembrar aos chefes tudo quanto lhes parecer conveniente e util ao serviço publico;

3) — organizar e guardar cuidadosamente na chancellaria o seu archivo, livros, sellos das Armas e o mais que ella possuir;

4) — redigir a correspondencia official, copiar e registrar a reservada, e passar as certidões requeridas, precedendo despacho do Chefe;

5) — substituir ao Chefe da chancellaria em seus impedimentos, ausencias ou fallecimento, assumindo, neste ultimo caso, as funções de Encarregado de Negocios. Em todos os outros casos só assumirá essas funções por apresentação official do Chefe da Missão ou em virtude de Cartas de Gabinete.

Art. 13º. — Aos Segundos Secretarios cabem:

1) — as attribuições e deveres acima referidos, onde não houver Primeiros Secretarios;

2) — substituir os Primeiros Secretarios, onde os houver, nos seus impedimentos, ausencias ou fallecimento;

3) — a escripturação e registro da Missão;

4) — pôr a limpo o expediente, tirar as segundas vias, cópias e executar os trabalhos de que os encarregarem os chefes da Missão e os Primeiros Secretarios;

5) — classificar os jornaes e mais impressos para o Governo e os que a Missão receber.

## CAPITULO VI

## Instalação, escripturação e correspondencia

Art. 14º. — Ao ser installada, pela primeira vez, ou reinstallada uma Embaixada ou Legação, o respectivo Chefe adquirirá o mobiliario e objectos indispensaveis, condignos com a representação nacional, mas com a possível economia, remetendo a Secretaria uma lista com os preços, e determinará o modo da organização do Archivo, do qual farão parte os livros, documentos, correspondencia, memorias, relatorios, tratados e outros papeis; constituindo tudo isso propriedade do Estado.

Paraphrased unico. — Os sellos e sinetes serão conformes ao modelo indicado pelo Ministerio.

Art. 15º. — Os livros e indices para a escripturação, registos e collecções da chancellaria serão os de: "Posse", "Entrada de Papeis", "Saída de papeis", "Offícios", "Retalhos de jornaes annexos aos officios", "Confidencial", "Autoridades brasileiras", "Telegrammas", "Notas", "Passaportes", "Inventarios", "Copiador", "Montepio" e outros necessarios.

Art. 16º. — As embaixadas e legações se corresponderão directamente com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, com o Sub-Secretario, e com o fôr da sua competencia, com as missões brasileiras e com os Consules brasileiros no paiz. Por excepção, em casos urgentes e graves, que interessam á segurança e á saude publica, poderão dirigir-se directamente aos Presidentes dos Estados da União Brasileira, dando disso immediato conhecimento ao Ministerio.

Paraphrased unico. — Qualquer outra correspondencia transitará por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores e com o seu conhecimento.

## CAPITULO VII

## Transferencias

Art. 17º. — Os funcionarios do Corpo Diplomatico poderão trocar os seus cargos, mediante accordo reciproco e auctoridade do Governo, por outros da Secretaria de Estado ou do Corpo Consular, observada a seguinte correspondencia:

Enviado Extraordinario — Director Geral;

Ministro Residente — Director de Secção — Consul Geral de primeira classe;

Primeiro Secretario — Primeiro Official — Consul Geral de segunda classe;

Segundo Secretario — Segundo Official — Consul de primeira classe.

§ 1º. — O Governo poderá tambem, por acto proprio, transferir o funcionario, o qual, se houver sido nomeado antes deste Regulamento, terá a faculdade de aceitar, ou não, a transferencia; mas, no caso contrario, será obrigado a acceptal-a, desde que ella se dê para cargo superior, ou de vencimentos pelo menos iguaes.

§ 2º. — Sem ter prova official do conhecimento de todas as materias do concurso da nova carreira, e, pelo menos, um anno de serviço no Corpo Diplomatico, nenhum funcionario poderá ser transferido para a Secretaria ou para o Corpo Consular.

Art. 18º. — A transferencia, com promoção, só será admissivel, si o funcionario já tiver os requisitos legais para ser promovido na sua carreira.

## CAPITULO VIII

## Demissão

Art. 19º. — Os funcionarios do Corpo Diplomatico, tendo menos de dez annos de effectivo serviço, poderão ser demittidos a arbitrio do Governo.

§ 1º. — Os que, porém, tiverem mais de dez annos de effectivo serviço só poderão ser demittidos a pedido, ou nos casos seguintes:

a) — por sentença judicial definitiva condemnando-os: 1º) á perda do cargo; 2º) a penas criminaes de dois ou mais annos de prisão; 3º) a penas inferiores a dois annos de prisão nos crimes do Código Penal arts. 95 a 103, 110, 112, 114, 115, 118, 119, 124, 126, 134, 135, 189, 190 a 192, 207, 208, 251 a 255 e 369;

b) — por decisão definitiva em processo administrativo;

c) — no caso do art. 48 § 2º;

d) — por abandono do cargo.

§ 2º. — Abandono do cargo é: 1º) a ausencia do serviço por mais de trinta dias consecutivos, sem justificativa legal comprovada devidamente e 2º) o excessivo injustificado dos prazos legais, ou marcados pelo Governo, para assentir ou reassumir o exercicio dos cargos, e para partir ou chegar aos seus postos.

§ 3º. — Para ser decretado o abandono do cargo, quando não for evidente de decumntos ou actos positivos do proprio funcionario, é necessario que este seja previamente afastado durante quinze dias se estiver no Brasil e trinta dias se estiver no estrangeiro, por edital publicado tres vezes no *Diário Official* e quiz dos outros diarios de maior circulação da Capital da Republica.

## CAPITULO IX

## Disponibilidade

Art. 20º. — Os funcionarios do Corpo Diplomatico ficarão em disponibilidade:

a) — quando deixarem o exercicio por suppressão legal dos seus cargos;

b) — quando a sua nomeação ou promoção não for approvada pelo Senado (Const. Federal, art. 48, n. 12);

c) — quando forem nomeados Sub-Secretario de Estado.

§ 1º. — Nos casos das letras a e b) a disponibilidade dará direito á contagem do tempo para a aposentadoria, ao ordenado e á gratificação, se os funcionarios tiverem mais de dez annos de serviços no Ministerio, e ao ordenado se tiverem menos.

§ 2º. — No caso da letra c) o funcionario terá apenas os vencimentos e a representação de Sub-Secretario (Regulamento da Secretaria de Estado, art. 30, paraphrased unico). Terminada a commissão de Sub-Secretario, o funcionario ficará incluído no caso do paraphrased anterior até voltar á effectiva l.e.

Art. 21º. — Os funcionarios em disponibilidade só poderão voltar á effectividade na mesma categoria.

## CAPITULO X

## Aposentadorias

Art. 22º. — A aposentadoria reger-se-á pela lei geral que regula o assumpto, observadas, porém, as regras seguintes:

a) — a verba de *representação* não entra no calculo dos vencimentos da aposentadoria;

b) — os vencimentos annuaes para a aposentadoria serão calculados em moeda-papel nacional do modo seguinte:

Embaixador, ordenado 20:000\$000, gratificação 10:000\$000;

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, 16:000\$ e 8:000\$000 respectivamente;

Ministro Residente, 12:000\$000 e 6:000\$000;

Primeiro Secretario, 8:000\$000 e 4:000\$000; e

Segundo Secretario, 6:000\$000 e 3:000\$000.

Art. 23º. — Os aposentados poderão usar o titulo e o *unif* forme do ultimo cargo que exerceram no Corpo Diplomatico.

**CAPITULO XI****Vencimentos**

**Art. 24º.** — Cabem aos funcionarios os vencimentos annuaes constantes da tabella annexa, que serão pagos em ouro ou em moeda-papel conforme os casos definidos no art. 31, §§ 1º e 2º.

§ 1º. — Dois terços dos vencimentos constituem o ordenado e um terço a gratificação; sendo esta devida pelo exercicio do cargo, ou quando estiver o funcionario em commissão no Brasil em virtude de nomeação por decreto ou portaria, ou, finalmente, em outros casos expressos na lei.

§ 2º. — Para os funcionarios nomeados ou removidos o ordenado começará a ser contado da data em que partirem para seus postos; e a gratificação e a representação desde a data da posse (art. 8º, paragrapho unico).

§ 3º. — Para os promovidos no mesmo lugar o ordenado será contado desde a data em que receberem a communicacão official da promoção, e as outras vantagens a partir da posse.

§ 4º. — Os substitutos perceberão a gratificação que os substituidos perderem, se outra não estiver expressamente fixada em lei.

§ 5º. — A substituição dos Primeiros pelos Segundos Secretarios não dará a estes direito á gratificação alguma.

**CAPITULO XII****Representação e gratificações adicionais**

**Art. 25º.** — Os Embaixadores, os Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios, e os Ministros Residentes, além dos vencimentos do artigo anterior, terão mais, desde a data da posse, uma verba para a sua representação fixada por lei, conforme as necessidades de cada posto.

Paragrapho unico. — Perderão, porém, essa representação quando estiverem em commissões, que os afastem da effectividade dos cargos, ou n'outros casos expressos em lei.

**Art. 26º.** — Os Secretarios, durante o tempo em que servirem como Encarregados de Negocios, terão uma gratificação adicional correspondente a 6:000\$000 annuaes.

**CAPITULO XIII****Ajuda de custo**

**Art. 27º.** — Para as despesas de viagem, installação e mudança, os membros do Corpo Diplomatico terão direito a uma quantia, que lhes será paga em duas prestações, a primeira de dois terços antes da partida, e a outra de um terço quando chegarem ao seu posto, calculada conforme a remuneração de um anno; comprehendidos, portanto, o ordenado, a gratificação e a representação, do modo seguinte:

§ 1º. — Os nomeados pela primeira vez para qualquer posto:

- a) — sendo casados. . . . . Tres quartéis
- b) — " solteiros . . . . . Dois "

§ 2º. — Os removidos ou promovidos para lugares diferentes dos da sua residencia:

a) — no mesmo continente:

- sendo casados . . . . . Dois quartéis
- " solteiros . . . . . Um quartel

b) — 1º) de um continente para outro; 2º) da America do Norte para a do Sul, e vice-versa; e 3º) da Republica Argentina, do

Uruguay ou do Paraguay para a Colombia, Bolivia, Perú, Chile, Venezuela e vice-versa:

- sendo casados . . . . . Tres quartéis
- " solteiros . . . . . Dois "

§ 3º. — Os exonerados ou declarados em disponibilidade, para o regresso ao Brasil:

- sendo casados. . . . . Dois quartéis
- " solteiros . . . . . Um quartel

§ 4º. — Os que forem chamados ao Brasil em serviço, um quartel.

§ 5º. — Para os efeitos dos §§ 1º, 2º, e 3º são equiparados aos casados os funcionarios viuvos ou divorciados que ordinariamente tiverem, em sua companhia e á sua custa, filhas e irmãs solteiras, filhos menores, netos menores sem pae nem mãe, paes invalidos, ou mãe viuva; assim como os solteiros que tiverem ordinariamente em sua companhia e á sua custa, mãe viuva, paes invalidos, ou irmãs solteiras. O funcionario declarará, por escripto, quaes as pessoas de familia que o acompanham.

§ 6º. — A familia do funcionario fallecido na effectividade, ou em gozo de licença, abonar-se-á para voltar ao Brasil a ajuda de custo que a elle caberia.

§ 7º. — Nos casos de remoção, com ou sem promoção, por iniciativa do Governo, dentro de um anno a contar da posse do cargo anterior, será devida nova ajuda de custo; e nenhuma, si a remoção fôr feita, em qualquer tempo, por solicitação do funcionario. Quando a remoção fôr pedida, o acto que a conceder deverá declarar-o e contra os efeitos desta declaração, decorridos trinta dias, nenhuma reclamação será mais admittida.

§ 8º. — Os nomeados, removidos ou promovidos, nos paizes em que já se acham a serviços, terão direito a um terço da ajuda de custo concedida aos que se deslocam no mesmo continente.

**Art. 28º.** — A primeira prestação de ajuda de custo será realizada logo que o funcionario tiver retido ou tomado passagem, devendo a Secretaria, quando lhe competir, tomar as providencias necessarias a facilitar esse pagamento.

Paragrapho unico. — Quando, porém, a ajuda de custo for sacada pelo funcionario, procederá elle na forma do art. 33º.

**Art. 29º.** — O funcionario que, sem motivo justificado, deixar de partir para o seu posto ou de tomar posse do seu cargo, dentro dos prazos legais, restituirá immediatamente a ajuda de custo que tiver recebido, ao Thesouro Nacional no Rio ou á Repartição pagadora no estrangeiro, sob pena de cobrança executiva e de não poder mais reverter ou ser nomeado para cargo do Ministerio das Relações Exteriores.

Paragrapho unico. — Havendo motivo justificado essa restituição será feita quando o Governo o determinar.

**Art. 30º.** — Os funcionarios acreditados em mais de um paiz terão direito a um quartel para a primeira viagem, que em serviço fizerem do seu posto para o outro paiz; e nas subsequentes viagens terão uma diaria de 25\$000, ouro, desde o dia da partida até o da volta.

§ 1º. — Fica entendido que taes viagens e a sua duração serão limitadas ás indispensaveis ao serviço que depender da presença do funcionario, o qual, antes de realisar-as, deverá consultar ao Ministro das Relações Exteriores sempre que fôr possível.

§ 2º. — O Secretario que, sendo indispensavel ao serviço, acompanhar ao Chefe de missão, no caso deste artigo, terá direito na primeira viagem a um quartel da sua remuneração annual e nas subsequentes viagens a diaria de 10\$000, ouro, durante a permanencia necessaria no outro paiz.

**CAPITULO XIV****Pagamentos e saques**

**Art. 31º.** — As remunerações serão pagas, por mezes vencidos, na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em Londres, ou outra Repartição designada por lei ou pelo Governo.

§ 1º. — Sel-o-ão em ouro, ao cambio de vinte e sete dinheiros por mil réis, nos casos seguintes:

a) — sempre que o funcionario estiver, no estrangeiro, em serviço ou em gozo legal de licença;

b) — quando estiver no Brasil em gozo de ferias ordinarias ou extraordinarias;

c) — quando, no estrangeiro ou no Brasil, estiver em transitó, de um posto para outro.

§ 2º. — Em todos os demais casos os pagamentos serão feitos em nota-de-papel nacional, de accordo com o calculo do art. 22, letra b).

Art. 32º. — Os saques dos funcionarios que se acharem em exercicio fora do país, serão feitos contra a Repartição pagadora no estrangeiro.

Paragrapho unico. — Para o fim do pagamento das remunerações pensas dos respectivos funcionarios, cada Embaixada ou Legação organizará nos primeiros dias de cada mez uma folha, que forme o modelo indicado pelo Ministerio, assignada pelos Chefes de Missão em exercicio, da qual constarão os nomes dos funcionarios em effectivo exercicio, com a discriminação, em modelo nacional, das remunerações e quaesquer outras quantias accrescidas, dos descontos feitos e do liquido a recebêr, e com a assignatura de cada um delles como recibo.

Essa folha será feita em tres vias, sendo duas remettidas á Repartição pagadora no estrangeiro e a terceira á Secção da Contabilidade da Secretaria de Estado.

Art. 33º. — Os funcionarios ausentes ou fora do exercicio poderão sacar a remuneração a que tiverem direito contra a Repartição pagadora, fazendo acompanhar o seu saque pelo recibo, em tres vias, com discriminação da quantia total e dos descontos; sendo taes recibos appensos á folha e nella averbados.

Paragrapho unico. — Durante o transitó, porém, não poderão sacar, salvo autorização expressa do Ministerio em casos justos.

Art. 34º. — Os pagamentos poderão ser feitos na Repartição pagadora aos procuradores, legalmente constituídos pelos funcionarios e estes, em tal caso, não poderão assinar a folha de que trata o art. 32, paragrapho unico, na qual se anotará essa circumstancia. Relativamente aos recibos dos procuradores se procederá na forma do art. 33.

Art. 35º. — Os Chefes de missão sacarão, também, por mezes vencidos as quantias necessarias ás despesas legais de expediente e, por trimestres ou, no maximo, por semestres adelantados, as necessarias ao aluguel das casas para as Embaixadas ou Legações, consoante ao ajuste da locação, prestando contas documentadas á Repartição pagadora.

Paragrapho unico. — A verba de aluguel comprehende também as despesas com o porteiro, continuos, iluminação, telephone, condicção e aquecimento; mas não as da residencia particular do Chefe.

Art. 36º. — Fora dos casos referidos, nenhum outro saque será feito sem prévia autorização do Ministro das Relações Exteriores.

Art. 37º. — Os saques serão a prazo, de tres dias de vista e precedidos ou acompanhados de carta de aviso á Repartição pagadora.

Art. 38º. — Os funcionarios disponiveis que revertirem á actividade exhibirão uma guia comprobatoria do ultimo pagamento recebido, e este será feito como disponiveis e vice-versa.

Art. 39º. — Serão remettido á Repartição pagadora os recibos, em duas vias, e á Secretaria de Estado em uma via, de quaesquer quantias sacadas para despesas extraordinarias.

§ 1º. — Os respectivos documentos comprobatorios serão encaminhados, com o saque, á Repartição pagadora, salvo tratando-se de pagamentos, dos quaes serão prestados contas posteriormente.

§ 2º. — As contas das despesas de character reservado serão remittidas á Secretaria de Estado.

## CAPITULO XV

### Ferias

Art. 40º. — Os funcionarios do Corpo Diplomatico terão direito a ferias ordinarias de accordo com a respectiva lei geral da República; mas nunca simultaneamente com as do Chefe da respectiva missão, e observados os preceitos seguintes:

§ 1º. — Serão requeridas ao Chefe da missão, que poderá recusal-as, si, no momento, serviços ou factos extraordinarios aconselharem o adiamento. Neste caso, comunicação do occorrido será dada ao Ministro. As do Chefe de missão devem ser solicitadas ao Ministro, que as concederá, salvo as restricções supra referidas.

§ 2º. — Em caso algum serão gozadas durante os doze primeiros mezes de exercicio, ou após quaesquer licenças ou transitó; nem serão accumuladas ás do anno immediato.

§ 3º. — Pela substituição dos funcionarios em ferias ordinarias os substitutos não perceberão gratificação alguma.

§ 4º. — Cessadas as ferias, cessam as remunerações até que o funcionario reassuma o exercicio.

Art. 41º. — Os funcionarios diplomaticos, salvo caso de força maior devidamente comprovado, são obrigados a vir, de quatro em quatro annos, passar seis mezes no Brasil, conservando a remuneração dos seus cargos, menos o que for devido aos seus substitutos.

§ 1º. — Nesse caso terão direito, para si e sua familia, ás passagens de ida e volta.

§ 2º. — Ao funcionario que, sem motivo justificado, deixar de cumprir o disposto neste artigo serão suspensas as vantagens pecuniarias do seu cargo, menos o ordenado, correspondentes ao tempo da omissão.

§ 3º. — O periodo de seis mezes começará a correr após os prazos da tabella a que se refere o § 1º do art. 9º, contados do dia em que os funcionarios partirem dos seus postos.

§ 4º. — Terminadas as ferias, terão os funcionarios os mesmos prazos para regressar aos seus postos.

§ 5º. — Essas ferias serão requeridas ao Ministro, observados, no que lhes for applicavel, os preceitos do artigo anterior e as disposições das letras a, b, f, g) do artigo seguinte.

## CAPITULO XVI

### Licenças

Art. 42º. — As licenças são regidas pelas leis geraes, que regulam o assumpto, observados os principios seguintes, peculiares ao Corpo Diplomatico:

a) — serão requeridas ao Ministro por escripto, ou em casos graves por telegramma, confirmada em seguida por petição;

b) — os pedidos de licença dos Secretarios serão transmitidos ao Ministro das Relações Exteriores devidamente informados pelo Chefe da missão;

c) — os pedidos de licença por motivo de molestia virão acompanhados de attestado medico com a firma reconhecida pelo Consul e visada pelo Chefe da missão;

d) — os pedidos de licença declararão o país em que será gozada para o effecto do pagamento dos vencimentos, consoante á regra do art. 31;

e) — serão remittidas á repartição pagadora as portarias de licença para o desconto do sello devido;

f) — cessada a licença, cessa a remuneração até que o funcionario reassuma o exercicio do seu posto, ou de outro para o qual tenha sido removido ou promovido durante a licença.



Art. 43º. — É absolutamente vedada a licença aos funcionarios interinos e aos nomeados pela primeira vez ou aos removidos emquanto não tomarem posse do cargo.

## CAPITULO XVII

### Tempo de serviço

Art. 44º. — O tempo considerado de serviço terá inicio na data em que o funcionario nomeado partir para o seu primeiro posto; ou na data da posse nos termos do art. 8º, § 1º.

§ 1º. — Será computado como de serviço o tempo de transito dentro dos prazos legais, o de férias ordinarias e extraordinarias e o de disponibilidade.

§ 2º. — Será calculado com o acrescimo de uma terça parte, sómente para o effeito da aposentadoria, o tempo dos serviços effectivamente prestados nos postos da Asia e nos da America, com excepção dos Estados Unidos da America do Norte, Argentina, Chile e Uruguay.

§ 3º. — Os casos não comprehendidos nas disposições supra rejer-se-ão pelos principios das leis geraes.

## CAPITULO XVIII

### Penas disciplinares

Art. 45º. — Os funcionarios do Corpo Diplomatico, pela falta ou inacção no cumprimento dos seus deveres, são passíveis das penas disciplinares seguintes:

- a) — advertencia verbal;
- b) — advertencia escripta;
- c) — suspensão até sessenta dias.

§ 1º. — A advertencia verbal será feita pelo Ministro quando perante elle comparecer o funcionario, e pelo Chefe de missão tratando-se dos seus subordinados; e a escripta, por um ou por outro.

§ 2º. — A pena de suspensão é da competencia do Ministro ou, quando não exceda a quinze dias, do Chefe da missão, com recurso para o Ministro. No primeiro caso, constará de portaria, devidamente registrada e archivada, ou de decisão em processo administrativo, ambos notificados ao funcionario pessoalmente, si estiver presente, ou por edital quando for impossivel encontra-lo.

§ 3º. — A suspensão privará o funcionario do exercicio do cargo, da remuneração e do tempo correspondente.

§ 4º. — A suspensão decorrente da pronuncia ou da prisão preventiva em processo judicial privará o funcionario da gratificação, a qual, entretanto, lhe será paga se vier a ser impronunciado ou absolvido.

## CAPITULO XIX

### Disposições Geraes

Art. 46º. — O Ministro das Relações Exteriores expedirá Instruções Geraes ou especiaes para:

- a) — reger, uniformisando quanto possivel, o modo de instal-

lação, funcionamento, escripturação, contabilidade, formulás e correspondência das chancellarias;

b) — reger o processo administrativo dos funcionarios do Corpo Diplomatico;

c) — estabelecer o *Ceremonial* relativo ao uniforme, cortezia internacional, recebimento dos diplomatas estrangeiros no Brasil, visitas officiaes, audiencias, festas nacionaes e outros assumptos protocollares;

d) — regularizar a execução das leis do monte-pio attinentes ao Corpo Diplomatico.

Paragrapho unico. — Sempre que for necessario o Ministro expedirá instruções para esclarecimento e completa execução do presente Regulamento.

Art. 47º. — A's missões especiaes ou transitorias de caracter internacional, que o Congresso ou o Governo tiver accidentalmente de constituir, applicar-se-ão os principios do presente Regulamento, salvante os outros que especialmente lhes sejam prescriptos.

Art. 48º. — Nenhum funcionario do Corpo Diplomatico poderá contrahir casamento sem autorização do Governo.

§ 1º. — O pedido de autorização, tratando-se de casamento com mulher estrangeira, deverá ser dirigido ao Ministro das Relações Exteriores, de modo a chegar-lhe ás mãos um mez, pelo menos, antes da publicação do primeiro proclama.

§ 2º. — A inobservancia destes dispositivos acarretará a exoneração do funcionario.

Art. 49º. — Tem applicação ao Corpo Diplomatico o disposto no art. 39º do Regulamento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Art. 50º. — Revogam-se as disposições em contrario.

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 1º. — A disposição do art. 5º, § 3º, só começará a vigorar dois annos depois de entrar em vigor este Regulamento.

Art. 2º. — O preenchimento dos novos lugares de Segundo Secretario, obedecerá ao disposto nos arts. 6º e 7º deste Regulamento.

Tabella de vencimentos dos funcionarios do Corpo Diplomatico

	ORDENADO	GRATIFICACÃO	TOTAL
Embaixador . . . . .	12:000\$000	6:000\$000	18:000\$000
Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario . . . . .	10:000\$000	5:000\$000	15:000\$000
Ministro Residente . . . . .	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
Primeiro Secretario . . . . .	5:333\$334	2:666\$666	8:000\$000
Segundo . . . . .	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1920. — J. M. de Azevedo Marques.





África Occidental . . . . .  
 Alemanha . . . . .  
 Antilhas . . . . .  
 Argélia . . . . .  
 Argentina . . . . .  
 Austrália . . . . .  
 Áustria . . . . .  
 Bélgica . . . . .  
 Bolívia . . . . .  
 Canadá . . . . .  
 Chile . . . . .  
 China . . . . .  
 Egypto . . . . .  
 Estados Unidos . . . . .  
 França . . . . .  
 Gran Bretanha . . . . .  
 Grécia . . . . .  
 Guayanas . . . . .  
 Hespanha . . . . .  
 Holanda . . . . .  
 Hungria . . . . .  
 Itália . . . . .  
 Japão . . . . .  
 Madeira . . . . .  
 México . . . . .  
 Panamá . . . . .  
 Paraguai . . . . .  
 Perú . . . . .  
 Polónia . . . . .  
 Portugal . . . . .  
 Rio de Janeiro . . . . .  
 Romaniá . . . . .  
 Rússia . . . . .  
 Scandinávia . . . . .  
 Sibéria . . . . .  
 Suíça . . . . .  
 Tcheco-Slovachia . . . . .  
 Ucrânia . . . . .  
 Uruguai . . . . .  
 Yugo-Slavia . . . . .

[illegible]

[illegible]